

## RELATÓRIO

Da visita do Dr. HAIK NIKOGOSIAN, Secretário-Executivo da Conferência das Partes da Convenção-Quadro para o Controle do Uso do Tabaco, da Organização Mundial da Saúde, à Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde (1ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 4 de março de 2008).

(Em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2008-CASSAÚDE, de autoria do Senador Papaléo Paes)

A sessão foi presidida pelo **Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)**, Presidente da Subcomissão.

Em sua alocução inicial, o Presidente registrou o recebimento de ofício do Ministério de Relações Exteriores, no qual aquela pasta informa a realização, em Brasília, no período de 3 a 7 do corrente, da reunião de três grupos de trabalho encarregados de elaborar diretrizes para implementação de quatro disposições da Convenção-Quadro para o Controle do Uso do Tabaco.

A reunião está sendo promovida pela Secretaria da Conferência das Partes da referida Convenção, com o apoio da Organização Pan-americana da Saúde, do Ministério da Saúde, da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro, do Instituto Nacional de Câncer e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e está sendo presidida pelo Dr. Haik Nikogosian, Secretário-Executivo da Conferência das Partes, que manifestou interesse em aproximar-se do Legislativo Brasileiro, razão pela qual foi aprovada, no âmbito desta Comissão, requerimento nesse sentido.

O Senador Papaléo registrou, ainda, o papel relevante que o Brasil vem tendo tanto na elaboração e aprovação da Convenção-Quadro quanto no apoio às reuniões subseqüentes, como a que está sendo realizada em Brasília, atualmente, e passou a palavra ao convidado.

O **Dr. Nikogosian** iniciou sua exposição informando que, no momento, estão sendo realizadas reuniões de cinco grupos de trabalho da Conferência das Partes da Convenção-Quadro, três das quais, no Brasil, com apoio do Governo Brasileiro, o que revela o compromisso do País com a Convenção.

A Convenção-Quadro para o Controle do Uso do Tabaco – aprovada em 2003 e com vigência a partir de 2005 – constitui o primeiro instrumento formal e o primeiro acordo de cooperação internacional em área de saúde. É esperado que, a depender de seu êxito, novas iniciativas nesse sentido sejam tentadas – o que demonstra a responsabilidade que recai sobre o Secretariado que ele representa.

Ademais, a Convenção é um dos acordos internacionais que mais rapidamente cresceram na implementação das disposições acordadas. Nos dois primeiros anos, cem estados-membros a assinaram e atualmente já são 152. Nesse sentido ele agradeceu ao Brasil pela liderança que vem tendo no processo de negociação e citou os diplomatas brasileiros envolvidos.

O Brasil foi um dos primeiros estados-membros a ratificar a Convenção e possui uma das políticas de controle do tabaco mais avançadas e que serve de exemplo para a comunidade internacional.

Em relação à legislação, a brasileira também é uma das mais abrangentes, constituindo uma contribuição importante não só para o País como para os demais países.

Com respeito à implementação das disposições da Convenção-Quadro, a opinião do Dr. Nikogosian é de que entramos, agora, numa nova fase, na qual se faz necessária uma legislação “mais exigente” – inclusive no Brasil – que contemple a aprovação de leis destinadas a promover ambientes públicos livres de tabaco, mediante a proibição de consumo de tabaco em ambientes de uso coletivo, e o aumento da tributação sobre produtos de tabaco.

Colocou a Secretaria da Conferência das Partes da Convenção à disposição do Legislativo Brasileiro em seu trabalho de promover o aprimoramento das nossas leis sobre a matéria.

Defendeu a aproximação intersetorial – em especial da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro com o Parlamento –, na

busca de uma atuação coordenada e cooperativa de todos os setores envolvidos na luta contra o tabaco.

Concluiu sua exposição relatando a elaboração de um protocolo específico para tratar do comércio ilícito de cigarros, uma matéria complexa e difícil, cujos resultados esperados são de longo prazo. Uma primeira reunião do Protocolo foi realizada no Brasil, cuja contribuição foi muito importante, e uma nova reunião deverá realizar-se, em novembro próximo, na África do Sul. Na preparação dessa reunião, estão sendo elaborados quinze documentos, três dos quais pelos grupos de trabalho atualmente reunidos em Brasília.

Retomando a condução dos trabalhos, o **Senador Papaléo Paes** agradeceu ao Ministério das Relações Exteriores a oportunidade da visita e da discussão dessa matéria com tão importante especialista.

Referiu-se aos resultados positivos do programa brasileiro de controle do tabaco, apesar da dimensão e da importância da agroindústria do tabaco no País.

O Senador **Augusto Botelho (PT-RR)** fez quatro perguntas ao expositor: para que segmentos populacionais a indústria de tabaco está dirigindo suas ações promocionais, no momento; que medidas estão sendo adotadas em outros países cujo êxito indica sua adoção pelo Brasil; segundo as estatísticas da OMS, qual é o volume de recursos envolvido com o comércio ilícito de produtos de tabaco; e quais são as informações novas sobre os riscos para a saúde do fumante passivo.

O **Dr. Nikogosian** respondeu que, apesar dos avanços obtidos pela saúde pública em âmbito mundial, a indústria do tabaco tem feito o máximo de esforços para expandir o número de usuários do produto e, para mudar sua imagem, tem buscado adotar iniciativas de responsabilidade social, no que tem sido impedida pela OMS.

As estatísticas de que dispõe a OMS mostram que a idade de início do uso de fumo está se reduzindo em todo o mundo: há sete anos, a idade de iniciação era de 13 a 14 anos; hoje é de 10 a 12. Para o expositor, isso é o resultado de dois fatores: o *marketing* agressivo dirigido às crianças, no âmbito das políticas de promoção da indústria do tabaco, e o baixo preço do produto.

A principal causa do baixo preço é o comércio ilícito, o que torna crucial a adoção de medidas adequadas para combater esse comércio e que estão previstas no protocolo citado anteriormente.

De qualquer forma, já é observado, em alguns países, um decréscimo na prevalência de tabaquismo entre jovens, acompanhando o decréscimo entre adultos.

Em relação a medidas de sucesso adotadas em outros países, e que deveriam ser seguidas pelo Brasil, estão o aumento da taxaço sobre produtos de tabaco e a proibição do uso de fumo em ambientes fechados.

A política recomendada pela OMS, em relação a taxaço e preço, consiste na adoção do incremento gradual e constante dos impostos incidentes sobre o tabaco, com o duplo objetivo de reduzir a prevalência – pela restrição ao acesso – e aumentar a arrecadação.

A alegação da indústria do fumo de que o aumento de impostos promove o aumento do tráfico não tem fundamento, segundo a OMS.

Outra medida que o País deveria adotar é a proibição de fumo em lugares públicos, medida que tem contado com expressivo apoio da população em geral, e dos fumantes em particular, nas várias partes do mundo onde foi implementada. Em verdade, afirmou o Dr. Nikogosian, o apoio público à medida tem sido maior do que o apoio político.

Em relação ao comércio ilícito de cigarros, informou que são estimadas perdas de arrecadação da ordem de cinquenta bilhões de dólares ao ano, recursos que fariam grande diferença se aplicados em saúde ou educação.

Em relação ao fumo passivo, disse que as dúvidas existentes sobre os riscos para a saúde das pessoas expostas à poluição ambiental por tabaco, que existiam até uns dez anos atrás, não existem mais: na última década, foram buscadas e encontradas evidências científicas de que o fumo passivo mata.

De uma questão de convivência educada, ela passou a ser encarada, depois, como um problema de defesa do direito à saúde e, hoje, o controle do uso do tabaco é – sem mais nenhum questionamento, da parte do mundo científico – uma questão de defesa do direito à vida.

O **Senador Flávio Arns (PT-PR)** deu boas vindas ao convidado e diz esperar avanços e bons resultados da atividade dos grupos de trabalho citados.

Fez referência ao processo de apreciação e aprovação da Convenção-Quadro pelo Congresso Nacional e pelo Senado. Segundo ele, a metodologia adotada pelo relator da matéria no Senado, Senador Heráclito Fortes, de realizar debates e audiências públicas nas principais regiões produtoras de tabaco foi adequada e, ao permitir a participação de grande parte da população e a devida cobertura pelos meios de comunicação, pode tornar conhecidos os argumentos a favor e contra a matéria.

Perguntou ao visitante como está sendo feita a substituição da cultura de tabaco e qual o sucesso da medida – que ele considera de grande importância para o Brasil, um grande produtor mundial de tabaco, e de cuja cultura depende um grande número de famílias.

Quis saber, ainda, sobre o padrão de preço do cigarro em outros países, frente aos gastos com saúde, para tratamento das doenças associadas ao tabaco.

Para o Senador Flávio Arns, o consumo de bebidas alcoólicas demanda abordagem e intervenções similares às aplicadas ao tabaco.

Para o **Dr. Nikogosian**, a substituição de culturas é uma das áreas da Convenção em que não temos muito progresso nem bons resultados.

O Brasil sediou a primeira reunião sobre esse tópico, em 2007, mas ela se mostrou uma área técnica e politicamente difícil. Uma segunda reunião voltará a discutir esse assunto no México, em junho deste ano, agora com o envolvimento de várias organizações internacionais (Organização Internacional do Trabalho, Organização das Nações Unidas para o Controle das Drogas e do Crime, Banco Mundial e outras). Acredita-se que esse envolvimento permitirá novos encaminhamentos e soluções para esse problema.

Em relação ao preço do cigarro, adotam-se dois indicadores: o preço absoluto e o preço relativo, este último mais adequado a comparações, uma vez que relaciona o preço absoluto com o Produto Interno Bruto do país. Sugere a adoção do último, já que o preço absoluto é pouco explicativo, em

vista das enormes diferenças de condições econômicas e de renda entre os países comparados.

A política recomendada pela OMS em relação a esse tópico é a de promover reajustes frequentes do preço, em índices acima da inflação, de tal forma que o preço do cigarro cresça mais que a renda média da população, com o objetivo de reduzir o acesso.

Os gastos públicos com o tratamento da saúde dos usuários de tabaco estão crescendo bastante em todo o mundo, uma vez que refletem tendências de consumo de cerca de vinte anos anteriores. Estamos tratando, hoje, tabaquistas que começaram a fumar há vinte anos. As conseqüências da redução de prevalência, observada atualmente em determinados países, só virão mais tarde e os resultados em termos de redução de gastos só serão visíveis em dez a vinte anos.

Associando-se à manifestação do Senador Flávio Arns sobre a necessidade de controle do consumo de bebidas alcoólicas em nosso País, o **Senador Papaléo Paes** fez referência à iniciativa “brava e corajosa” do Ministro da Saúde em relação ao controle do consumo de álcool no Brasil, em especial em relação à restrição da propaganda de bebidas alcoólicas, e ofereceu o apoio desta Comissão à iniciativa.

Agradeceu a todos que, com seu trabalho, concorreram para a realização de tão profícua reunião e encerrou a sessão às 12h 20m.